

31º Encontro Anual da ANPOCS
de 22 a 26 de outubro de 2007 - Caxambu, MG

Seminário Temático 11 - “Democracia, comunicação política e eleições”

Autor: Jorge Almeida, UFBA

Discutindo o voto por valores e a racionalidade pragmática no comportamento político dos brasileiros em 2006

Discutindo o voto por valores e a racionalidade pragmática no comportamento político dos brasileiros em 2006

Jorge Almeida

Introdução

Neste texto procuramos fazer uma discussão sobre algumas teorias interpretativas do comportamento político e eleitoral em geral, particularmente para estudar a questão da racionalidade, buscando construir uma abordagem que melhor permita entender o comportamento político dos brasileiros, particularmente no primeiro mandato do governo Lula da Silva e nas eleições de 2006. Desenvolvemos nossa análise fazendo uma leitura crítica destas teorias, um estudo de dados empíricos das representações sociais da política presentes no período. Concluímos levantando a hipótese de que o voto naquelas eleições e, particularmente, o depositado na candidatura vencedora, se caracteriza predominantemente por uma combinação ou coexistência entre uma racionalidade pragmática e uma racionalidade por valores em sentido amplo enquanto há uma baixa mobilização emocional e ideológica no sentido restrito – e procuramos conceituar melhor como entendemos isto.

A questão da racionalidade e a teoria da escolha racional no comportamento político – uma abordagem crítica

Discutindo a questão da racionalidade na decisões humanas, Ferejohn e Pasquino (2001), afirmam que “teóricos da política tipicamente se apóiam em alguns conceitos do que seria um ser humano racional — alguém que tem objetivos e crenças e busca escolher ações à luz desses”. Mas existem importantes diferenças de concepção que estão associadas “a suas conjunturas históricas amplamente divergentes e às questões políticas que os preocuparam”.

Quanto a existência destas divergências, Jeffrey Alexander (1987) entende que “na ciência social moderna, há uma dicotomia no debate sobre a racionalidade, que se aplicaria “às pessoas como egoístas (racionais) ou idealistas (não-racionais), como normativas e morais (não-racionais) ou instrumentais e estratégicas (racionais), como agindo em termos de maximizar a eficiência (racionalmente) ou como governadas pelas emoções e desejos inconscientes (não-racionalmente). Em termos de orientações empíricas, essas descrições da ação racional e da ação irracional certamente diferem em aspectos relevantes específicos. Em termos da prática teórica, porém, essas orientações formam dois tipos-ideais [que] têm marcado tradições teóricas distintas, determinando argumentos discursivos de tipo mais polêmico”.

Fábio Wanderley Reis e Mônica Mata Machado de Castro (2001) procuram definir a polêmica (ao tempo em que definem dentro dela), afirmando que “No plano geral, o principal enfrentamento [nas ciências sociais] é provavelmente o que hoje opõe a abordagem da "escolha racional", propensa a destacar os interesses e o cálculo supostamente racional orientado por eles, e uma abordagem "convencional" de tipo sociológico ou sociopsicológico, inclinada a salientar a importância dos valores e normas no comportamento das pessoas”.

E acrescentam - procurando demarcar diferenças entre uma racionalidade superficial e outra mais reflexiva e profunda - que “uma concepção adequadamente sofisticada de racionalidade não permitiria jamais assimilá-la ao cálculo míope; ao contrário, a idéia de racionalidade, bem concebida, na verdade requer a capacidade de *reflexividade*, com a consequência de que o agente se mostrará tanto mais racional quanto mais seja capaz de incluir na deliberação sobre a eficiência de suas ações as considerações relativas aos valores e normas e ao próprio ideal de vida que lhe importa realizar” (Reis e Castro, 2001).

Já para Marcus Figueiredo (1992) “a teoria da escolha racional é aplicável ao fenômeno da participação eleitoral, até prova em contrário”, não sendo um problema empírico saber se as pessoas têm uma “racionalidade tosca ou sofisticada. Sabendo-se em que circunstâncias qualquer um deles deverá

(normativa ou preditivamente) comportar-se racionalmente, temos fundamentos suficientes para explicar e predizer seus comportamentos”.

Posição nitidamente diferente é a apresentada por Reis e Castro (2001) quando indicam que “Apesar de que tipicamente a abordagem da escolha racional suponha preferências "dadas" ou interesses definidos pelos estímulos que emergem do contexto mais ou menos imediato da ação, e portanto de maneira fatalmente míope, na ação reflexiva e propriamente racional a miopia e a busca de objetivos ou interesses "dados" e a resposta a estímulos emergentes ou circunstanciais se verão substituídas pela capacidade de perseguir autonomamente objetivos remotos que se acham necessariamente condicionados pelo sentido da *identidade* pessoal.” Ou seja, além de remeter o conceito de racionalidade da teoria da escolha racional para um âmbito não “propriamente racional”, condicionam a racionalidade “propriamente dita” (ou reflexiva) à identidade pessoal, que é, ela mesma, vista por estes autores como também sendo uma identidade social.

Farejohn e Pasquino (2001), procurando sintetizar os elementos unitários da teoria da escolha racional, afirmam que na sua maior parte esta teoria “entrou na Ciência Política a partir da Economia, como resultado dos trabalhos pioneiros de Anthony Downs, James Buchanan, Gordon Tullock, George Stigler e Mancur Olson”.

Na sua leitura, embora esses autores possam ter discordado em inúmeros aspectos entre si, todos adotaram uma interpretação particularmente materialista da teoria da escolha racional. Para todos eles, os agentes sociais estariam interessados na maximização da riqueza, de votos, ou de outras dimensões mais ou menos mensuráveis em termos de quantidades e sujeitas a constrangimentos de recursos materiais” (Farejohn e Pasquino, 2001)

Eles ressaltam que a questão da racionalidade não é nova na teoria política. Muito pelo contrário, tem estado presente desde os gregos e foi um dos temas centrais no debate entre os clássicos do iluminismo: “tradicionalmente, teóricos políticos adotaram pressupostos de racionalidade, ao menos implicitamente (...) mas as formas pelas quais os teóricos modelaram irracionalidades — as paixões, por

exemplo — não as torna necessariamente desvios da racionalidade do ponto de vista técnico. Fazer alguma coisa por causa de uma paixão não significa a inexistência de cálculos entre meios e fins”.

Segundo estes autores “Para alguns pensadores, a razão é uma capacidade humana distintiva, e ser inteiramente humano é ser inteiramente racional”. Para outros, independentemente do grau de informação e capacidade, todos têm normalmente pelo menos o que é denominado “de racionalidade instrumental [que] é universalmente distribuída”.

Neste sentido Farejohn e Pasquino procuram dar uma definição mínima e genérica de ação racional: “convencionalmente, um ato racional é um ato que foi escolhido porque está entre os melhores atos disponíveis para o agente, dadas as suas crenças e os seus desejos. Atos racionais maximizam preferências ou desejos, dadas determinadas crenças. Colocado de outra forma, a racionalidade requer que crenças, desejos e ações se relacionem de uma forma particular. Nesse sentido, a racionalidade é uma condição de consistência que sustenta que essa relação seja válida para todas as crenças, desejos e ações” (Farejohn e Pasquino, 2001).

Adam Przeworski (1988), ao falar da teoria da escolha racional, considera essa abordagem “sob sua forma mais usual, e mesmo brutal, de ênfase na maximização bem informada da utilidade guiada pelo interesse próprio, com ajustamento instantâneo ao equilíbrio. Por essa razão, utilizo os termos ‘individualismo metodológico’, ‘abordagem da escolha racional’ e ‘economia neoclássica’ de modo intercambiável”.

Porém, a teoria da escolha racional teria ocupado o espaço do marxismo porque este seria “uma teoria da história sem qualquer teoria sobre as ações das pessoas que faziam essa história”, enquanto as ações dos humanos individuais já não poderiam “ser vistas como dadas por suas posições de classe; devem ser explicadas no âmbito de cada conjunto de condições. Afirmações sobre indivíduos e coletividade devem ser cuidadosamente separadas: atribuições do *status* de ator coletivo ao "capital", à "classe trabalhadora" ou ao "estado" devem ser sempre

submetidas a exame crítico para ver se a ação coletiva é consistente com racionalidades individuais. O desafio resultante da abordagem da escolha racional é específico: a teoria satisfatória é aquela capaz de explicar a história em termos das ações de indivíduos racionais e voltados para a realização de objetivos”.

Entretanto, mesmo aceitando parte importante da lógica da teoria da escolha racional, o autor reconhece que seu individualismo metodológico encontra diversas objeções, inclusive baseadas no marxismo: “essas objeções enquadram-se em três categorias básicas: as preferências não são universais nem estáveis, mas contingentes a condições, portanto, alteram-se historicamente; o interesse próprio é uma caracterização inadequada das preferências, pelo menos para algumas pessoas; e sob determinadas condições a ação ‘racional’ não é possível, mesmo que os indivíduos sejam ‘racionais’” (Przeworski, 1988).

Nesta concepção, “a identidade coletiva vai sendo transformada continuamente, moldada, destruída e novamente moldada, como resultado de conflitos no curso dos quais partidos políticos, escolas, sindicatos, igrejas, jornais, exércitos e corporações empenham-se em impor uma forma particular de organização à vida da sociedade. A relação entre os lugares ocupados pelos indivíduos na sociedade e sua identidade é, assim, uma consequência histórica contingente de conflitos: conflitos em torno de saber se determinada coisa é uma fonte de satisfação, se um objetivo específico pode ser alcançado, se um determinado curso de ação é admissível. O comportamento eleitoral fornece exemplos claros: as pessoas votam às vezes por lealdade de classe, às vezes como católicas, às vezes como sulistas ou como mulheres, e outras vezes como indivíduos calculando livremente qual partido tem mais probabilidades de fazer coisas em seu proveito” (Przeworski, 1988).

Ele reconhece ainda que a “tradicional ênfase marxista na formação histórica da identidade é extremamente daninha para a perspectiva da escolha racional. As identidades individuais, e portanto as preferências individuais, são constantemente moldadas pela sociedade: isso parece inquestionável”. E identifica um outro contra-argumento ao individualismo metodológico como sendo “o de que o

interesse próprio é uma caracterização inadequada das preferências de pelo menos algumas pessoas sob determinadas circunstâncias históricas. Alguns indivíduos podem se preocupar com os outros, sejam eles membros de sua família, classe, nação, ou outros seres humanos em geral” (Przeworski, 1988).

Porém, acaba aceitando a contribuição do individualismo metodológico afirmando que sua força “é metodológica: reside na disposição dos economistas neoclássicos de ignorar todas as complicações que impeçam a obtenção de respostas a questões centrais”. Portanto, o que haveria de errado nesta teoria “não é a idéia de que as ações coletivas devem ser explicadas com recurso à racionalidade individual, mas a idéia de que a sociedade é uma coleção de indivíduos não diferenciados e não relacionados” (Przeworski, 1988).

Como vemos, são todos argumentos plausíveis, que salientam os limites das concepções marxistas que foram mais estabelecidas, mas que não conseguem afirmar irrefutavelmente o individualismo metodológico e a concepção de racionalidade expressa pela teoria da escolha racional, como ferramentas capazes de interpretar o comportamento político de modo universalizante como se pretende.

Já Levine, Sober e Wrigh (1989), vão salientar um outro problema no método dos marxistas, porém sem aceitar o individualismo metodológico: “muitos marxistas têm resistido ao apelo dos marxistas analíticos à realização de análises dos microfundamentos devido ao uso desses modelos. Tais modelos de ator racional são identificados com o individualismo metodológico e mesmo com a economia neoclássica. No entanto, conforme argumentamos, a crença na importância dessas análises dos microfundamentos não implica um compromisso com o individualismo metodológico.”

Em “As três versões do neo-institucionalismo” Hall e Taylor (2003) fazem um amplo estudo sobre esta abordagem e identificam nela existência de uma variante do institucionalismo da escolha racional com quatro propriedades geralmente presentes. 1-“os atores pertinentes compartilham um conjunto de preferências e gostos (...) e se comportam de modo inteiramente utilitário para

maximizar a satisfação de suas preferências, com frequência num ato de estratégia, que pressupõe um número significativo de cálculos”; 2- A vida política é composta de uma série de dilemas “em que os indivíduos que agem de modo a maximizar a satisfação das suas próprias preferências o fazem com o risco de produzir um resultado sub-ótimo para a coletividade”; 3- O comportamento do ator é determinado por um cálculo estratégico “fortemente influenciado pelas expectativas do ator relativas ao comportamento provável dos outros atores”. As instituições influenciam na medida em que fornecem informações e mecanismos que podem incentivá-los à tomada de certas posições; 4- Uma instituição é formada por um acordo voluntário ou, caso haja um processo de seleção competitiva, será escolhida aquela que “oferecer mais benefícios aos atores interessados do que as formas institucionais concorrentes”. Nesta leitura, portanto, que combina a teoria da escolha racional com o neo-institucionalismo, o individualismo metodológico continua presente, porém as escolhas dos indivíduos estão de algum modo condicionadas pelas instituições existentes.

Em “A decisão do voto: democracia e racionalidade”, Marcus Figueiredo (1991) vai fazer uma defesa mais enfática da teoria da escolha racional e do individualismo metodológico, e sintetiza sua posição sobre o comportamento eleitoral da seguinte maneira: “As identidades sociais ou políticas anteriores ao momento eleitoral são informações iniciais que entram na formação dos ordenamentos preferenciais dos eleitores no momento em que as ofertas políticas se apresentam na forma de candidaturas. Uma vez iniciada a competição, cada eleitor começa a avaliar o grau de eficiência do seu voto para produzir o resultado que ele espera da política. Excluída a minoria apaixonada, cada eleitor fica permanentemente decidindo para quem dará seu voto, até o último instante, procurando antecipar as decisões dos demais. A decisão eleitoral (...) consiste na solução do dilema do eleitor: cada eleitor avalia a eficiência do seu ato sob a condição de incerteza sobre o que os demais eleitores farão; e decide antecipando as decisões dos demais”

Este seria um aspecto estratégico do comportamento humano em geral e sua introdução seria um traço distintivo da teoria da escolha racional. Neste sentido, não seria preciso estudar particularidades de grupos sociais pois “as estratégias

eleitorais acentuam, neutralizam e mudam propensões individuais e não coletivas”. Além disso, as especificidades da disputa eleitoral seriam suficientes para explicar seus próprios resultados, sendo desnecessário apelar para outras teorias sociais. O fator fundamental para o voto seria a própria concorrência eleitoral, durante a qual o eleitor define e ordena suas preferências, avalia as chances de vitória e decide levando em conta a posição dos outros eleitores.

A teoria da escolha racional é vista, assim, como sendo “a teoria do comportamento eleitoral estratégico” e o comportamento humano, portanto, seria “ditado pela descoberta individual de cada pessoa diante de alternativas postas”, não podendo ser imputado aos eleitores uma “desejabilidade política derivada de sua posição social” (Figueiredo, 1991).

Porém, haveria situações em que pode ser recomendável votar no preferido mesmo sabendo que suas chances de vitória são pequenas. Seria o caso do eleitor-investidor. Mas isto só se aplicaria “às votações parlamentares, com voto de legenda, pois em eleições majoritárias o ‘futuro’ dura o mesmo tempo que o tamanho do mandato do eleito”. Sendo assim, fica a pergunta sobre como explicar os vários candidatos presidenciais famosos, que foram candidatos bem votados mas derrotados várias vezes antes de vencer (como François Mitterrand (França), Salvador Allende (Chile) e Lula da Silva (Brasil)?

Dentro desta concepção, Figueiredo considera que todas as “tentativas de explicar a decisão dos indivíduos a partir de metas coletivas atribuídas teoricamente a eles estão, logicamente, fadadas ao fracasso, pois, ex-hipotesi, condenam os comportamentos não previstos como ‘irracionais’, ‘alienados’, ou ‘sem consciência’.

Em “Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral”, Mônica Mata Machado de Castro (1992) vai fazer uma análise crítica mais globalizante localizando a controvérsia fundamental “na disputa entre, de um lado, a teoria da escolha racional, que enfatiza fatores de tipo micro, e, de outro, a perspectiva sociológica, que chama a atenção para os determinantes de nível macro do comportamento eleitoral”.

A autora pretende criticar a teoria da escolha racional, tanto por suas insuficiências teóricas como por sua incapacidade de explicação de alguns dados da realidade. E sua conclusão “é no sentido de afirmar a necessidade de uma integração teórica complexa, articulando de alguma forma os diversos fatores que influenciam o fenômeno do comportamento eleitoral”.

Lembra que “a explicação econômica do voto, construída pela teoria da escolha racional no trabalho pioneiro de Anthony Downs, é bastante conhecida. Baseia-se nos supostos de tipo micro do individualismo metodológico: é possível explicar comportamentos políticos considerando que os indivíduos são racionais e agem intencionalmente, procurando antes de tudo maximizar, ou, em algumas versões da teoria, otimizar seus ganhos, como os consumidores no mercado econômico” (Castro,1992).

Ressalta que a teoria da escolha racional parte do suposto de que as instituições de alguma maneira funcionam “como fator condicional da decisão autônoma do eleitor racional”. Então, se isto é verdade, ela pergunta, “por que não levar em conta também as características demográficas, sociais e culturais que configuram os diferentes contextos do eleitor? Por que não considerar que fatores sociais e culturais também fazem variar os objetivos dos eleitores, assim como os meios à sua disposição, as recompensas e os custos que esperam ter em função de determinados cursos de ação escolhidos? Esta proposta implica lançar mão da contribuição da corrente sociológica que a teoria da escolha racional pretende criticar e, em muitos casos, substituir” (Castro,1992).

Dentro desta concepção metodológica, a autora identifica dois grandes “ramos”, um marxista e outro não-marxista: “Em função das influências que recebe nas interações dentro dos diversos grupos de que participa, o eleitor é levado a votar, ou não, em uma ou outra direção, enfim, é levado a escolher um determinado curso de ação. Nessa perspectiva macro em geral, a corrente marxista enfatizou sempre a importância dos fatores econômicos e da identificação com determinadas classes sociais, enquanto o ramo não-marxista salientou a relevância dos fatores culturais, das normas sociais, e chamou a atenção para a

variedade das bases a partir das quais se formam clivagens sociais: elas podem ser socioeconômicas, mas também étnicas, religiosas, culturais, regionais etc.”

Desenvolvendo sua crítica, Castro (1992) afirma ainda que “a teoria da escolha racional falha ao pretender explicar os fenômenos sociais a partir de indivíduos isolados, autônomos em relação a qualquer condicionamento social. A ação individual só poderia ser plenamente entendida como ao mesmo tempo autônoma e condicionada pelos contextos sociais, econômicos e institucionais. Indivíduos com interesses supostamente semelhantes, em contextos diferentes, se comportam politicamente de forma diferente, enquanto contextos sociais semelhantes admitem comportamentos políticos diferentes, dependendo das características individuais que influem sobre as escolhas. Assim, o desafio consiste em dar conta das condições de autonomia e de determinação das escolhas individuais.

Entretanto, é importante destacar também que, para ela, não tem sentido “afirmar que o eleitorado precariamente informado não age racionalmente: ele decide com base nos recursos de que dispõe - imagens dos partidos ou dos candidatos, identificações partidárias, visões difusas do mundo político -, assim como nas informações que lhe foram passadas pelas próprias elites políticas. Provavelmente, quanto maior o acesso de um indivíduo à informação, maior a probabilidade de eficácia de sua ação, apesar de que a procura de mais informação e o adiamento da ação possam ser contraditórios com a própria racionalidade (Castro,1992).

Analisando o comportamento político no governo Lula e nas eleições de 2006¹

A análise das representações da política e da evolução da avaliação do governo Lula, como parte destas representações, presentes nas chamadas “pesquisas de

¹ Nesta seção, fazemos uma síntese e utilizamos livremente parte do nosso artigo “Evolução de imagem do governo Lula e comportamento eleitoral em 2006” (Almeida, 2007), onde foi feito um esforço mais exaustivo de pesquisa empírica que nos levou às conclusões aqui sintetizadas.

opinião”, mostrou uma significativa variação durante os quatro anos do seu primeiro mandato. Porém, duas características mais importantes se destacaram como principais vertentes relacionadas ao comportamento político, com repercussões sobre as variadas intenções de voto e a votação final, seja no primeiro como no segundo turno. Um tipo de voto identificado com certos valores simbolizados pelos principais candidatos e um outro, mais instável e vulnerável, baseado numa racionalidade pragmática.

O governo Lula da Silva e sua avaliação, é resultado também, além das suas ações e conflitos gerados no seu percurso, pela conjuntura anterior que levou o PT ao governo federal. A vitória de Lula da Silva em 2002 foi, em primeiro lugar, uma manifestação da situação política, social, econômica e cultural presente na sociedade brasileira desde a luta contra o regime militar. Não por acaso, Lula da Silva se colocou como uma alternativa real para a Presidência da República desde as eleições de 1989. Isto foi fruto do acúmulo de médio e longo prazos do bloco de forças populares e democráticas que se articulou historicamente em torno do PT (às quais vieram se agregar, mais recentemente, novos agrupamentos, de origem e caráter político e ideológico mais contraditório).

Lula e o PT foram, desde o período de crise do regime militar, os principais e mais duradouros símbolos da esperança nas mudanças. As eleições de 2002 foram, assim, o desaguadouro deste processo. Por outro lado, a conjuntura eleitoral de 2002 foi de crise social e econômica, repercutindo negativamente sobre o governo FHC e a candidatura de José Serra, o que reforçou a necessidade de mudanças e a identificação simbólica de Lula da Silva com esta perspectiva (Almeida, 2002). Por sua história, Lula foi se apropriando do *lugar de fala* da mudança. Portanto, entender que a vitória de Lula está principalmente ligada ao seu *lugar de fala* de melhor indicado para promover as mudanças e não por sua faceta continuísta, também nos dá melhores condições para entender a dimensão das expectativas criadas e o comportamento político durante o governo e as eleições de 2006.

Nos quatro anos de governo do presidente Lula da Silva, as Representações Sociais da Política sofreram importantes alterações conjunturais, relacionadas

tanto a elementos de caráter subjetivo e simbólico quanto objetivos, ligados a questões políticas, econômicas, sociais e éticas. Identificamos cinco “momentos”.

Em 2003, o governo apresenta uma aparente boa avaliação. Esta começa a se tornar negativa no início de 2004, voltando a melhorar no segundo semestre daquele ano. Volta a piorar com a crise do chamado de “mensalão” e torna a melhorar no início de 2006, mantendo-se positiva até o final do ano. Nossa hipótese é a de que vários fatores - materiais e simbólicos, mais permanentes ou conjunturais - influenciaram esta avaliação ondulante. Enfim, o comportamento do eleitor foi tensionado por estes fatores no percurso do governo, mas tendendo a fazer uma avaliação relativamente positiva especialmente nas circunstâncias do período pré-eleitoral.

2003 é um ano em que praticamente todos os dados objetivos, do tipo econômico e social, que incidem mais diretamente sobre a vida do povo, pioraram. Porém, o governo Lula manteve índices positivos de avaliação. Provavelmente, estiveram mais relacionados ao simbólico (à esperança gerada por sua história e pela do PT) – que, ao lado do desgaste de FHC, foi um grande veículo de sua vitória em 2002 - e à expectativa de solução dos problemas até o final do governo. Nisto, a grande mídia pode ter ajudado o governo e a imagem pessoal do presidente. Sendo esta melhor que a do governo, seu marketing procurou usá-la como âncora e trabalhou as esperanças no futuro para obter uma aprovação imediata.

Note-se que o governo FHC sustentou seus dados positivos no primeiro ano de sua gestão (1995) baseado numa melhora relativa e temporária do poder aquisitivo da população, fato identificado em dados objetivos e também aceito subjetivamente pela maioria da população. Portanto, sua aprovação tinha uma explicação diretamente sustentada numa base material (Almeida, 2002). Não foi este o caso do governo Lula, que teve uma boa aprovação neste período, dentro de uma situação social e econômica negativa.

2004 começa com uma piora da avaliação do governo. É o reflexo subjetivo dos resultados sociais e econômicos negativos, que foram ficando mais sentidos a partir do final do segundo semestre de 2003. Sua divulgação pela mídia deve ter

contribuído para que ficasse subjetivamente evidente, para a maioria da população, que a situação social e econômica estava difícil. E isto acabou se refletindo numa avaliação mais crítica do governo no início de 2004.

Além disso, o cansaço da espera pelas mudanças; o discurso repetitivo mantendo as promessas e adiando sua aplicação; a retomada da cobrança dos movimentos sociais organizados que, em sua maior parte, mantiveram em 2003 uma postura de cautela; o aumento das contradições na base de apoio parlamentar do governo, inclusive dentro do próprio PT; os atritos dentro do empresariado sobre os rumos da economia e das relações internacionais; e o ano eleitoral de 2004, com uma maior desenvoltura dos grupos de oposição - também contribuíram para alterar, ao menos parcialmente, o comportamento da mídia e o humor da população.

O segundo semestre de 2004, vai apresentar uma nova melhora da avaliação. A aparente recuperação econômica (com um moderado crescimento do PIB, do emprego, da renda e do consumo interno), mesmo que parcial e temporária, acabou facilitando um noticiário principalmente favorável ao governo neste período. A consequência foi também uma melhora de sua avaliação nas “sondagens de opinião” e nas intenções de voto, chegando a níveis próximos daqueles do final de 2003. A repercussão, no curto prazo, foram Representações Sociais da Política mais favoráveis aos candidatos do PT na reta final das eleições municipais, diminuindo a derrota sofrida por este partido.

O ano seguinte, 2005, trouxe de volta notícias negativas na economia e as denúncias de corrupção. O país voltou a apresentar baixos índices de crescimento ao final do ano. Além disso, o segundo semestre foi palco da crise do chamado “mensalão”, que se inicia em maio com a proposta de instalação da CPI dos Correios a qual foi seguida pela entrevista do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). É o começo de uma série de denúncias, com amplo espaço midiático, que abrem uma profunda crise política que fatura a base do governo; derruba os principais dirigentes do PT e parte dos seus principais quadros no governo; provoca dissidências; e mancha a imagem ética do PT e do próprio presidente

Lula. Assim, teremos, no final de 2005, Representações Sociais Conjunturais da Política novamente negativas ao governo e ao próprio presidente.

2006 vai mexer de novo no cenário político. Apresenta-se uma nova mudança nas representações sociais da política e nas intenções de voto, reafirmando a importância dos fatores conjunturais na alteração do comportamento de uma parcela do eleitor. Esta mudança ocorre em virtude de fatos favoráveis ao governo e desfavoráveis à oposição conservadora e pelo fato da candidatura à esquerda (Heloísa Helena, PSOL) não ter tido força social e política para ocupar melhor o espaço político que se abriu. Há uma diminuição da exposição negativa e aumento da positiva de Lula na mídia, por diversos fatores, ocorrendo o inverso com a oposição conservadora. Além disso, o presidente Lula, o PT, o governo e os movimentos sociais que lhes dão apoio, ainda têm muitas reservas políticas que foram mobilizadas particularmente quando houve a ameaça de *impeachment*.

Porém, este é mais um apoio passivo que ativo. Esta hipótese é reforçada quando verificamos o clima de pouco emocional e sustentado por uma racionalidade pragmática de votar no “menos pior”. Fato identificado nas questões que perguntavam sobre os setores sociais mais beneficiados e mais prejudicados pelo governo federal. É um tipo de avaliação crítica, mas que mantém o apoio ao governo. Tem a mesma lógica do que identificamos em 1994, no período de implantação do Plano Real que alavancava FHC. Apesar da maioria entender que os maiores beneficiados eram os mais poderosos economicamente, o Plano Real e FHC eram majoritariamente apoiados. É como se dissessem que “eles ganham mais, mas nós também ganhamos alguma coisa ou estamos perdendo menos” (Almeida, 1996).

Na reta final do primeiro turno, ocorre uma nova crise vinculada à questão da corrupção: o “escândalo dos sanguessugas” e da compra e venda do chamado “Dossiê Vedoin” - envolvendo dirigentes da campanha de Lula da Silva e do candidato do PT a governador de São Paulo. Mas acabou tendo apenas um impacto temporário - e apenas depois da divulgação das fotos do dinheiro

encontrado nas mãos de petistas - contribuindo para a ocorrência do segundo turno, mas não impedindo uma vitória por larga margem em 29 de outubro.

Nossa hipótese é a de que estas novas denúncias, quase na boca de urna, não foram capazes de alterar o padrão mais geral de comportamento político do eleitor em 2006. Ao contrário, reforçou este padrão no segundo turno, ao ponto de Lula da Silva não somente vencer com uma larga margem de votos, capitalizando a maior parte do eleitorado dos candidatos que não foram ao segundo turno, como ainda conseguindo avançar sobre o próprio eleitorado de Geraldo Alckmin, que teve, extraordinariamente, uma votação no segundo turno menor que no primeiro. A instrumentalização da questão das privatizações, interpretada de maneira negativa pelo povo e identificada com FHC e Alckmin, cumpriu um papel importante naquele momento.

Ou seja, o segundo turno concretizou eleitoralmente as tendências que vinham se constituindo e se acumulando desde o período pré-eleitoral imediato e mesmo durante todo o governo Lula. O quadro pré-eleitoral, que passou a se consolidar mais favorável a partir do início de 2006, não somente ampliou o espaço de captação direta de votos de Lula da Silva e demais candidaturas petistas, como também, pelo reforço da tendência de vitória, foi de fundamental importância para garantir a viabilização final das amplas alianças da candidatura com outros partidos e setores partidários, recuperando seus apoios em forças políticas mais conservadoras e mantendo suas alianças históricas. E até mesmo o próprio apoio (apesar de bem mais passivo do que em 2002) da maioria da militância dos petistas e dos ativistas dos movimentos sociais.

O papel da mídia durante o governo Lula e no período eleitoral propriamente dito, requer uma discussão específica muito mais ampla e profunda que não é nosso objetivo neste trabalho. No período final de campanha, expressou representações midiáticas principalmente negativas ao PT, ao governo e à candidatura Lula da Silva. Mas, nossa hipótese é a de que, no conjunto da obra de quatro anos, é possível que tenha ajudado a construir Representações Sociais da Política

principalmente favoráveis ao governo e à personalidade de Lula da Silva em particular.

E mesmo o noticiário predominantemente negativo na reta final, não foi capaz de contrabalançar a simpatia ou, pelo menos, a complacência e renovada – porém bem mais moderada – expectativa de que pudesse ter um segundo mandato melhor que o primeiro ou “menos pior” do que seria o seu principal adversário eleitoral. O início da campanha oficial, com exposição mais equilibrada dos candidatos no noticiário televisivo, entrevistas e debates, pode ter ajudado a melhorar o conhecimento e as intenções de voto de Alckmin e Heloísa Helena.

Já o Horário Eleitoral Gratuito de TV e rádio, pode ter ajudado a consolidar as intenções de voto em Lula e crescer as de Alckmin, sendo que neste período caíram os índices de indecisos e de possíveis eleitores de Heloísa Helena que, com um tempo de TV e rádio bem menor, ficou numa situação ainda mais desfavorável. Mas estas são apenas hipóteses, que precisariam ser melhor estudadas, mesmo porque outros fatores estiveram em jogo concomitantemente com estes relacionados à grande mídia, além da existência de outros meios.

Nossa hipótese é a de que o voto que acabará garantindo a vitória reeleitoral de Lula da Silva teve, no fundamental, duas vertentes. A de um “voto por valores”, relacionado à sua identificação com o povo, os mais pobres, trabalhadores, uma prioridade a genéricas políticas sociais e mesmo com a esquerda (naquilo que o governo ainda possa expressar simbolicamente com este significado, independentemente de uma análise crítica do mesmo). Combinado com um outro tipo de voto, baseado numa racionalidade pragmática, que se sustenta numa avaliação de resultados materiais mais imediatistas do seu governo. Este tipo de voto, neste caso, está ligado essencialmente às ações do estado que atendeu, mesmo que de modo principalmente compensatório, parcial ou pontual, uma parte das demandas da população, principalmente a mais pobre. É, portanto, um voto principalmente influenciado pela avaliação positiva do governo.

O estado teve, assim, um papel decisivo na reeleição de Lula da Silva. E, por outro lado, esta racionalidade pragmática estava vinculada ao voto no “menos

pior”, comparado ao que foi FHC e “seria” o candidato do seu partido, Geraldo Alckmin. Isto se refletiu numa campanha com baixo potencial de mobilização ideológica e emocional.

Enfim, elementos que podem alimentar a hipótese de um apoio passivo, no “mal menor” e baseado numa racionalidade pragmática, podem ser encontrados na avaliação principalmente negativa das ações setoriais do governo; na consciência de que os setores economicamente mais poderosos sempre se beneficiam mais com o governo Lula da Silva; e na convicção de que, apesar destes fatores, Alckmin/FHC era pior do que Lula.

Recolocando a discussão conceitual

A partir do esboço de discussão teórica acima apresentado; da análise das pesquisas empíricas que estudamos; além de outros estudos que temos desenvolvido sobre a temática do comportamento eleitoral (Almeida, 1996 e 2002); entendemos que a ação racional de um indivíduo ou grupo social se relaciona com sua visão de mundo – e sobre como ele entende a racionalidade do sistema social; se o aceita ou não; se age ou não em conformidade com suas lógicas essenciais; ou se age de modo negociado com ele – aceitando e resistindo e se opondo parcialmente.²

Portanto, o comportamento político só pode ser melhor entendido como um comportamento social. Mesmo quando as decisões possam ser entendidas como puramente individuais, elas sempre refletem de algum modo as representações sociais da política e outras representações sociais (morais, culturais, religiosas, identitárias) que possam ter influência sobre o comportamento político de modo geral e as decisões de caráter eleitoral no estrito senso.

Portanto, o comportamento está ligado a um determinado estado de representações sociais, ou seja, às representações sociais conjunturais da política. A conjuntura, por seu turno, não é formada apenas de elementos

² Sobre Representações Sociais da Política ver Almeida (2005), Minayo (2002) e Moscovici (2003).

passageiros, pois reflete e condensa num determinado momento, a contextualização de relações estruturais e superestruturais mais permanentes (Gramsci, 1979 e Fiori, 2003). Neste sentido - e numa leitura mais restrita – as Representações Sociais da Política contém, como parte de seus elementos, um “estado de opinião” (Bourdieu, 1980 e Augras, 1978).

O comportamento não é uma essência da natureza humana em geral, nem tampouco de características individuais inalteráveis das pessoas. Assim, mudanças sociais, políticas culturais importantes, podem alterá-las. E podem alterar não somente as preferências específicas (por candidatos, partidos, governos ou líderes personalistas) mas também a lógica que orienta suas decisões – sua lógica comportamental.

Tudo isto está sujeito às representações sociais conjunturais. Estas, por seu turno, também representam, ao menos em parte, a correlação de forças (econômicas, sociais, políticas – no estado e na sociedade civil – culturais, etc), materiais e simbólicas. Representam, e, dialeticamente, fazem parte desta correlação, ou seja, das contradições e lutas sociais, dentro de uma hegemonia e de um bloco histórico (ou bloco de poder) de vigência mais permanente (Gramsci, 1978 e 1979, Portelli, 1987 e Williams 1979).

Portanto, não somente as decisões (por exemplo de votar ou não votar ou em quem votar) podem ser alteradas, como os critérios para a decisão de voto podem mudar.

Podem mudar no tempo (histórico, de longo prazo ou conjuntural), dentro de uma mesma formação social. Como podem ser diferentes entre realidades estatais, geográficas e demográficas distintas. Em estados diferentes ou em regiões diferentes dentro de um mesmo estado. E podem ser menos ou mais influenciados por fatores internos (nacionais) ou globais (internacionais).

E, muito importante, podem estar relacionadas ao grau de unidade do bloco de poder e da estabilidade de uma hegemonia.

Portanto, todos estes fatores podem influenciar não somente nas decisões específicas, como na lógica do comportamento, ou seja, sobre quais os tipos de

racionalidade que operam, com maior ou menor importância, sobre o conjunto dos grupos sociais e dos indivíduos e até que ponto as emoções podem interferir nas decisões – racionais ou não.

Assim, não é correto falar da existência de uma única lógica (racional ou não) explicativa para todo o comportamento político nem para qualquer comportamento eleitoral especificamente. São as representações sociais, ou seja, é a conjuntura ou, melhor ainda, é correlação de forças (sociais – inclusive de classes – política e ideológica) existente num determinado momento histórico que condicionará a lógica predominante que orienta o comportamento político de grupos e indivíduos.

Aliás, é esta mesma realidade de correlação de forças, que condicionará o peso relativo do “social” e do “individual” nas decisões que levarão cada indivíduo depositar seu voto. Um voto que acaba sendo individual, sem dúvida. Mas um voto individual que refletirá sempre, em maior ou menor grau, uma correlação de forças na sociedade. E refletirá não somente como somatória de votos individuais, mas também pela influência desta conjuntura sobre estes votos individuais.

E, por outro lado, numa mesma conjuntura, esta correlação de forças (vale repetir, social, econômica, cultural, política, ideológica) não atinge a todos os indivíduos nem a todos os agrupamentos sociais da mesma maneira.

Portanto, será esta realidade a interferir, em maior ou menor grau, para que as pessoas (que pertencem a uma classe, grupo social, realidade regional, etc particular) tomar uma decisão. Pessoas e grupos que já entram num momento eleitoral - ou em outra situação que pede um posicionamento político – com alguma tendência preferencial. Mais do que isto, a tomar uma decisão baseada numa determinada lógica: uma racionalidade fundada em valores ideológicos bem definidos (no sentido político-ideológico de projeto de sociedade); uma racionalidade fundada em valores ideológicos mais genéricos, como visão de mundo, menos relacionados a um projeto político mais nítido; uma racionalidade pragmática, portanto tática e imediatista, identificada como uma maneira de pensar e se relacionar “prática”, “realista” e “objetiva”; ou uma racionalidade estratégica, visando o futuro e um acúmulo de forças; ou mais influenciada por

elementos emocionais. Reconhecendo que, apesar de ser possível identificar em grande parte a determinância dos fatores racionais ou emocionais, não é possível separá-los de forma absoluta.

Com isto, já estamos também esclarecendo que entendemos o termo “estratégia” de uma maneira diferente do que a teoria da escolha racional assim considera. Ou seja, o que a teoria da escolha racional chama de estratégico, praticamente como sinônimo de instrumental, entendemos como uma decisão tática e imediatista, de quem visa resolver uma situação diante de opções colocadas por outros (os candidatos e partidos ou outro tipo de grupo dirigente, dominante ou não) – estes sim, agindo como sujeitos estratégicos (que têm objetivos de curto, médio e longo prazos e que acumulam para um território político próprio) e que, portanto, podem ser melhor definidos como atores que agem com base numa racionalidade estratégica. Diferentemente, a posição do eleitor que precisa decidir diante das opções colocadas por estes sujeitos, é apenas tática e pragmática. É racional, na medida em que procura tirar a melhor vantagem diante de uma situação concreta. Mas não acumula estrategicamente. Se assemelha mais com aquilo que De Certeau (1994), tratando das vicissitudes e pequenas espertezas do povo no seu cotidiano, chamou de “arte do fraco”.

A decisão de voto baseada numa racionalidade pragmática, em grande parte pode estar relacionada a interesses individuais e não coletivos. Mas, até mesmo o fato de pessoas, numa determinada situação histórico-geográfica, preferirem agir de modo menos ou mais individualista ou coletivista, também se relaciona com a já referida conjuntura política e suas representações sociais.

Portando, identificar a existência e mesmo a predominância de um voto baseado numa racionalidade pragmática, não significa aceitar as bases da teoria da escolha racional. Nem no que diz respeito ao individualismo metodológico; nem na caracterização de que esta é uma opção “estratégica”; nem muito menos de que esta é a melhor – quando não a única – forma de racionalidade aceitável e reconhecida como tal.

Por isso, é que a teoria da escolha racional só explica uma parte dos fenômenos de comportamento político e eleitoral. Por isso, igualmente, em determinadas realidades onde o peso do voto baseado na racionalidade pragmática é muito forte, pode aparecer com a força de uma teoria universalizante. E é por isso que a conjuntura do período histórico global mais recente tem concorrido, favorecido, para a sua aceitação por muitos como sendo a melhor ou mesmo a única capaz de explicar estes fenômenos.

Como contraponto, diríamos que, numa situação ou realidade em que haja maior radicalização e confronto entre projetos hegemônicos e contra-hegemônicos, entre classes, grupos sociais e forças políticas, a tendência é de crescimento de uma lógica de comportamento político baseada em valores ideológicos (e classistas e identitários social e culturalmente) mais definidos e mais sustentados por uma racionalidade estratégica, da maneira aqui considerada – como práxis (Vasquez, 1977) e não como pragmatismo.

Não foi isto, entretanto, o que observamos na campanha que estamos estudando. Nossa hipótese, que apresentamos para discussão, é a de que durante o primeiro mandato do governo Lula e nas eleições de 2006, a predominância do comportamento político esteve relacionada principalmente a uma combinação do voto por valores com uma racionalidade pragmática. Combinação esta que, aliás, provavelmente é a que tem predominado (de modo tensionado e particular) nas eleições presidenciais brasileiras desde 1994.

Ora, numa sociedade capitalista onde exista uma hegemonia burguesa mais ou menos estável, o normal é que as pessoas se comportem politicamente e votem principal e majoritariamente com base em valores conservadores e/ou numa racionalidade pragmática. E não em alternativas efetivamente estratégicas, revolucionárias, socialistas ou reformistas radicais. Que possam expressar insegurança em relação a um futuro desconhecido ou que possa (ou pareça) desestabilizar a ordem. Isto não significa, entretanto, aceitar que esta opção se faz de modo puramente individual e é melhor interpretada com base no individualismo metodológico que desconsidera as bases sociais, econômicas, culturais que de

alguma forma orientam “socialmente”, não somente opções coletivas e coletivistas, mas também as individuais e individualistas.

Mas, isto também não significa que mudanças nas representações sociais da política, provocadas por diversos fatores, objetivos e/ou subjetivos, não possa também criar condições para alterar as bases lógicas do comportamento político numa determinado contexto.

Por outro lado, na racionalidade baseada em valores, os indivíduos são vistos como capazes de agir racionalmente não somente a partir de interesses materiais diretos e imediatos. Podem agir considerando uma causa, um dever, a dignidade, suas convicções, orientações religiosas, éticas e morais; com base em decisão coletiva ou a partir de um posicionamento ou predominância de uma visão de mundo e interpretação da realidade do grupo ou de um dos grupos sociais de pertencimento; e baseados na solidariedade, na justiça, na igualdade mesmo quando possam ocorrer eventuais consequências pessoais negativas mais imediatas³. Isto significa que podem agir tendo como base definições ideológicas mais definidas ou restritas (como uma identificação com o “socialismo”, “liberalismo”, “coletivismo” ou “livre iniciativa” ou numa preferência partidária bem consolidada). Mas podem ser também valores ou preferências mais difusas e genéricas que, no entanto, não fogem de um comportamento voltado a valores políticos, ideológicos, morais, culturais mais gerais.

A coexistência ou combinação da racionalidade por valores com a racionalidade pragmática está na hipótese de que parte importante das pessoas se posiciona e vota com base em valores e parte importante decide com base numa racionalidade pragmática. Isto não significa que seja possível separar completamente pessoas que se comportam totalmente de uma forma e outras de outra. Supõe que estes fatores podem coexistir não somente socialmente, como também nos indivíduos e que estes podem, inclusive, nem sempre se comportar tendo um dos elementos sempre como principal. Em geral, é difícil também separar inteiramente o componente emocional do racional. Tanto a paixão pode

³ Sobre esta questão ver Weber (2004), Porto (1997) e Gouveia et alli (1997).

estimular a racionalidade, como razões fortes emocionam indivíduos e grupos sociais (Gramsci, 1978). Como também é difícil entender e comprovar como alguma proposta, partido ou candidato pode emocionar se não existem razões para isto.

Comentários finais

Como vimos, na hipótese da racionalidade pragmática, as pessoas se posicionam diante de um governo, de forças partidárias ou personalidades políticas e votam com base em motivos. Esta racionalidade não é necessariamente baseada em conhecimentos profundos e sistemáticos a respeito dos assuntos. Não é necessariamente baseada em informações amplas, plurais, profundas e verdadeiras sobre a realidade e o conjunto dos fatos, do contexto e das forças políticas em jogo e candidaturas em disputa. Estes podem ser critérios para avaliar uma opinião consistente e profunda, mas não para caracterizar uma decisão menos fundamentada e pouco informada (ou mesmo mal informada) como não sendo racional. Portanto, podem ser entendidas como decisões racionais, porém limitadas pela (falta de) qualidade das informações colhidas, fornecidas ou impostas. E podem estar permeadas, em maior ou menor grau, por intuições, sentimentos e emoções. Estas decisões não são baseadas numa racionalidade estratégica, que priorize as consequências futuras da decisão. Acabam sendo decisões imediatistas, a partir das opções que concretamente estão colocadas. Mas isto não significa que sejam decisões estritamente individuais e individualistas, pois podem refletir de alguma maneira as representações sociais da política numa determinada conjuntura e uma tendência de comportamento de um determinado grupo social.

Ademais, pensamos a emoção vista não como um fator que leva necessariamente a uma decisão não racional ou como um fator pré-racional e inferior - como irracionalidade, primitivismo, infantilidade ou impulsividade sem causa e sem fins. A emoção também pode funcionar como fator que estimula a racionalidade e a

cognição como fator capaz de provocar o intelecto a romper situações de acomodação política.

Neste sentido, aqui há uma diferença com uma concepção de racionalidade exclusivamente baseada numa visão político-ideológica estratégica mais fechada, com uma compreensão muito mais definida de projeto político, que pensa sua implementação estrategicamente e que supõe também pensar e tomar atitudes conscientemente táticas com vistas a uma determinada estratégia.

Por outro lado, esta leitura também guarda uma diferença com aquela da teoria da escolha racional, que tem como pressuposto um individualismo e uma racionalidade exclusivamente com respeito a fins e sempre numa avaliação de custo-benefício mais imediatista. Uma racionalidade estreita, que supõe que o indivíduo comum age racionalmente e é ator racional, mas que não valoriza as ações coletivas e desconsidera a ação racional por valores.

Este esboço de formulação aqui apresentado encontra, no processo eleitoral de 2006, importantes elementos empíricos. Entre o início de 2003 e o final de 2006, a análise da evolução da avaliação do governo Lula, presente nas chamadas “pesquisas de opinião”, mostrou uma significativa variação das representações sociais da política durante os quatro anos do seu primeiro mandato. Entretanto, duas importantes características estiveram presentes como principais vertentes relacionadas ao comportamento político, com repercussões sobre as variadas intenções de voto e a votação final, seja no primeiro como no segundo turno. Um tipo de voto identificado com certos valores simbolizados pelos principais candidatos e um outro, mais instável e vulnerável, baseado numa racionalidade pragmática.

A vitória de Lula da Silva em 2002 foi, em primeiro lugar, uma manifestação da situação política, social, econômica e cultural presente na sociedade brasileira desde a luta contra o regime militar, que gerou uma vontade de mudanças, que já tinha sido várias vezes frustrada antes de 2002.

A vitória de Lula da Silva encarnou, simbólica e materialmente, as esperanças de ver novos valores implementados na atividade política nacional assim como a

resolução de problemas concretos. Nos quatro anos de governo do primeiro mandato do presidente Lula da Silva, as Representações Sociais da Política sofreram importantes alterações conjunturais, relacionadas tanto a elementos de caráter subjetivo e simbólico quanto objetivos, ligados a questões políticas, econômicas, sociais e éticas. Identificamos cinco “momentos”. No primeiro ano, o governo apresenta uma aparente boa avaliação. Esta começa a se tornar negativa no início de 2004, voltando a melhorar no segundo semestre daquele ano. Volta a piorar com a crise do chamado de “mensalão” e torna a melhorar no início de 2006, mantendo-se positiva até o final do ano. Nossa hipótese é a de que vários fatores - mais permanentes ou conjunturais - influenciaram esta avaliação ondulante. Enfim, o comportamento do eleitor foi tensionado por estes fatores no percurso do governo, mas tendendo a fazer uma avaliação relativamente positiva.

É plausível interpretar a coexistência do voto por valores com aquele baseado numa racionalidade pragmática, tanto nos eleitores que apoiaram e votaram em Lula da Silva como em Geraldo Alckmin. Enquanto o eleitorado de Heloísa Helena e Cristovam Buarque foi mais estimulado por valores.

No candidato vencedor, este voto por valores está relacionado à sua identificação com o povo, os mais pobres, trabalhadores, aos interesses nacionais, a uma prioridade a genéricas políticas sociais e mesmo com a “esquerda” – ao que parece, vistos como mais importantes que a honestidade. Enquanto aquele baseado numa racionalidade pragmática está ligado às ações do estado que atendeu uma parte das demandas da população, principalmente a mais pobre.

Bibliografia

ALEXANDER, Jeffrey C. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº 4 Vol. 2, junho/1987.

ALMEIDA, Jorge. *Como Vota o Brasileiro*. São Paulo, Casa Amarela, 1ª edição 1996. São Paulo, Editora Casa Amarela, 1996.

ALMEIDA, Jorge. Evolução de imagem do governo Lula e comportamento eleitoral em 2006. *Política & Sociedade*, Florianópolis, n. 10, abril de 2007.

ALMEIDA, Jorge. Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo e Xamã Editora, 2002.

ALMEIDA, Jorge. Representações Sociais da Política e Cenário de Representação Midiático da Política. Anais do XXIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, out. de 2005.

AUGRAS, Monique. *Opinião Pública: teoria e pesquisa*. Petrópolis, Editora Vozes, 1978.

BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública não existe. In: THIOLENT, Michel (org.). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Editora Polis, 1980.

CASTRO, Mônica Mata Machado. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº 20 Vol. 7 outubro/2002.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.

FEREJOHN, John e PASQUINO, Pasquale. A teoria da escolha racional na ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº 45 Vol. 16, fevereiro/2001.

LEVINE, Andrew, SOBER, Elliot e WRIGHT, Erik O. Marxismo e individualismo metodológico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº 11 Vol. 4, outubro/1989.

FIGUEIREDO, Marcus. A decisão do Voto: democracia e racionalidade. São Paulo, Editora Sumaré / IDESP, 1991.

FIGUEIREDO, Marcus. Teorias axiomáticas e empiria. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº 20 Vol. 7, outubro/1992.

FIORI, José Luis. *O vôo da coruja*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

GOUVEIA, Raimundo et alli. O papel da crenças políticas no comportamento dos eleitores de João Pessoa em 1992 e 1994. In: *Estudos sobre comportamento político*, LHULLIER, Louise A., CAMINO, Leôncio e SANDOVAL, Salvador (org.). Florianópolis, Editora Letras Contemporâneas, 1997.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- HALL, Peter A., TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, Nº 58, São Paulo, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, Vozes, 2003.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- PORTO, Mauro. Dilemas da Racionalidade. O caso dos efeitos da mídia no comportamento político. In: *Estudos sobre comportamento político*, LHULLIER, Louise A., CAMINO, Leôncio e SANDOVAL, Salvador (org.). Florianópolis, Editora Letras Contemporâneas, 1997.
- PRZEWORSKI, Adam. Marxismo e escolha nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº 6, Vol. 3, fevereiro/1988.
- REIS, Fábio Wanderley e CASTRO, Mônica Mata Machado. Democracia, civismo e cinismo. Um estudo empírico sobre normas e racionalidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº 45 Vol. 16, fevereiro/2001.
- VASQUEZ, Adolfo Sanchez. *Filosofia da Praxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília / São Paulo, Editora UnB e Imprensa Oficial do Estado de S. Paulo, 2004.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.